

LEANDRO BISSONI DA SILVA

**ESTUDO DE CASO DO PAC I
– PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO I –
PERÍODO 2007-2010**

Trabalho apresentado como requisito parcial de avaliação à disciplina de Ciências Econômicas, do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Fabiano A.. S. Dalto

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

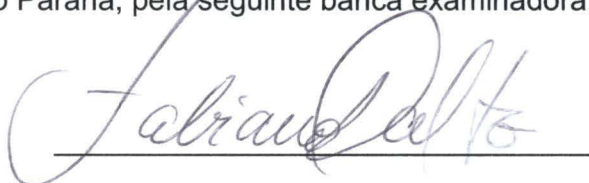
LEANDRO BISSONI DA SILVA

ESTUDO DE CASO DO PAC I

– PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO –

PERÍODO 2007-2010

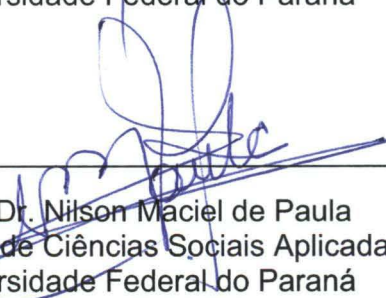
Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Profº Dr. Fabiano A. S. Dalto
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Profº Dr. Huáscar Fialho Pessali
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Profº Dr. Nilson Maciel de Paula
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 25 de Março de 2013

Este trabalho é dedicado aos meus
incríveis e inseparáveis pais.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Dalcizo Bissoni, por ter me ensinado a fazer o melhor em tudo com honestidade e perfeição e sempre amar o que se faz.

À minha mãe, Neide Maria, por ter me dado o exemplo único de família, pelo seu amor incondicional e pelos seus valiosos conselhos de vida.

À minha família, Lucia Helena e Rian, por terem me prestigiado com seus sorrisos e pelas lições aprendidas durante nossos anos de convivência.

Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é
realidade.

Raul Seixas

LISTA DE SIGLAS

ANFIP	-	Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários
BACEN	-	Banco Central do Brasil
BM	-	Banco Mundial
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF	-	Caixa Econômica Federal
DEST	-	Departamento de Coord. e Controle das Empresas Estatais
EMF	-	European Mortgage Federation
FBKF	-	Formação Bruta de Capital Fixo
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FURNAS	-	Furnas Centrais Elétricas S.A
GEIPA	-	Ger. Nac. de Plan. e Avaliação de Ações de Des. Sustentável
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IUHF	-	International Union for Housing Finance
MF	-	Ministério da Fazenda
MME	-	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
MP	-	Ministério Público
PAC I	-	Programa de Aceleração do Crescimento I
PIB	-	Produto Interno Bruto
PME	-	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SAE	-	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Republica
STN	-	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDES	-	Sup. Nacional de Assistência Técnica e Des. Sustentável
VIGOV	-	Vice-presidência de Governo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferença do Crescimento da Economia brasileira em relação à economia mundial.....	14
Tabela 2 – Investimento em Infra-Estrutura PAC I	22
Tabela 3 – Desembolsos do BNDES para projetos do PAC 1.....	24
Tabela 4 – Principais obras de Infra-Estrutura do PAC 1 – regiões norte e nordeste.....	25
Tabela 5 – Quantidade total de novos empregos gerados ao ano.....	30
Tabela 6 – Empregos gerados na Ind. de Transformação e Construção Civil.....	31
Tabela 7 – Quantidade de empregos gerados no ano RAIS x PAC I – Ind. de transformação.....	32
Tabela 8 – Quantidade de empregos gerados no ano RAIS x PAC I – Construção Civil.....	33
Tabela 9 – Quantidade de empregos gerados no ano RAIS x PAC I.....	33
Tabela 10 – Valores da FBKF em relação ao PIB.....	35
Tabela 11 – Valores da FBKF em relação ao PIB período 2007-2010.....	36
Tabela 12 – Participação PAC 1 - % PIB e FBKF.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Histórico do crescimento econômico brasileiro x mundial.....	13
Gráfico 2 – Investimento Público na economia brasileira (% PIB).....	15
Gráfico 3 – Desembolso do BNDES com Projetos Privados.....	16
Gráfico 4 – Taxa de Investimento – FBKF / PIB.....	16
Gráfico 5 – Taxa de Ocupação da População Brasileira.....	17
Gráfico 6 – Taxa de Desocupação da População Brasileira.....	18
Gráfico 7 – Financiamento e Repasses – Unidades Habitacionais.....	27
Gráfico 8 – Financiamento e Repasses – Valores em R\$ bilhões.....	28
Gráfico 9 – PIB per capita brasileiro.....	34
Gráfico 10 – Distribuição do PAC I 2007-2010.....	37

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo avaliar o desempenho do programa de aceleração do crescimento - PAC 1 - durante seu período de vigência, de 2007 a 2010, bem como fazer um breve relato da situação econômica brasileira no que diz respeito ao investimento, emprego e renda durante o período que antecede o lançamento do programa. Analisando os principais investimentos do programa nas áreas de maior relevância foi identificada uma participação significativa do programa no avanço da economia brasileira, principalmente no que diz respeito ao estímulo de crédito para pessoa física, geração de emprego e parcela na formação bruta de capital fixo.

PALAVRAS CHAVE: PAC 1, INVESTIMENTO, EMPREGO, RENDA.

ABSTRACT

This work has the objective to evaluate the performance of the program of accelerated growth - PAC 1 - during its lifetime, from 2007 to 2010, as well as give a brief account of the Brazilian economic situation with regard to investment, employment and finance during the period that precedes the launch of the program. Analyzing the major investment program in the areas of greatest relevance was identified a significant advance in the program of the Brazilian economy, especially with regard to the stimulus of personal credit, employment generation and share in gross fixed capital formation.

KEYWORDS: PAC 1, INVESTMENT, JOBS, REVENUE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 BREVE AVALIAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO QUE ANTECEDE O PAC I.....	13
3 A ESTRUTURAÇÃO E OS OBJETIVOS DO PAC I.....	19
3.1 O PAC I e o Princípio da Demanda Efetiva de Keynes	19
3.2 INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA.	22
3.3 ESTÍMULOS AO CRÉDITO E AO FINANCIAMENTO	26
4 PARTICIPAÇÃO DO PAC I NA VARIAÇÃO DO TRABALHO E RENDA	30
5 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

O Objetivo do trabalho é analisar como se comportou o nível de emprego e renda durante a execução do Programa de Aceleração do Crescimento I – PAC I – lançado em 2007 ao longo do segundo mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Este programa tinha como principal objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico nacional através do investimento, gerando assim, um efeito capaz de aumentar o nível de emprego, a renda e estimular o consumo, além de melhorar as condições sociais, incluindo medidas para aumento do crédito à pessoa física e investindo em habitação.

A base teórica do trabalho está embasada na ideia de que o emprego e a renda são diretamente influenciados pelo investimento, assim, será analisado como o investimento do PAC I teve impacto no desempenho da economia na geração de emprego e renda.

Esta teoria é vista no princípio da demanda efetiva que aparece na teoria de Keynes como sendo resultante do nível de investimento. Primeiramente é construída a ideia de que qualquer aumento na quantidade de emprego é derivado diretamente de um aumento no incentivo para investir, o qual leva os empresários a aumentarem o nível de produção, resultando em um aumento da demanda de trabalho.

Através do aumento do emprego gerado diretamente pelo aumento do investimento, cada unidade adicional de emprego será capaz de gerar um aumento na produtividade marginal da mão-de-obra dos trabalhadores o que irá conseqüentemente aumentar diretamente também a renda real agregada e indiretamente, através da propensão marginal a consumir dos indivíduos, aumentar o consumo agregado.

O Estado deve desempenhar um papel não somente de fomentador mas também de organizador do investimento considerando que detêm diversas ferramentas em seu poder capazes de propiciar um cenário mais confortável para os investidores.

Nos quatro anos anteriores ao programa a economia brasileira apresentava resultados insatisfatórios, dentre eles, baixo investimento na

economia pelo setor público, governo e estatais, ficando na média de 1% a.a em relação ao PIB.

Outro indicativo do baixo resultado da economia era o resultado do desembolso do BNDES com projetos do setor privado. Considerando o período de cinco anos antes da criação do PAC I a quantia despendida pelo banco com projetos do setor privado ficou na média dos R\$ 41 bilhões.

O segmento mais importante do programa foi o setor de energia que por sua vez obteve maior nível de investimento principalmente nas regiões norte e nordeste, incluindo obras no setor petrolífero. Outro segmento importante do programa foi o de habitação que teve como objetivo proporcionar a melhora no âmbito social, fazendo aumentar a quantia de unidades habitacionais financiadas pela Caixa Econômica Federal.

Através da variação destes setores será analisada qual foi a significância do programa para a economia e o impacto resultante ao longo do período de quatro anos.

Na primeira parte do trabalho será feita uma análise de alguns pontos importantes da economia que influenciaram direta ou indiretamente a criação do PAC I, tais como, crescimento da economia brasileira, níveis de investimento público tanto das estatais quanto do governo, a quantia desembolsada pelo BNDES com investimento em projetos privados e ainda o nível de ocupação da população economicamente ativa.

Em seguida será mostrado qual era o objetivo inicial do PAC I e como foi estruturado o programa abrangendo quais as principais áreas de investimento, quais regiões obtiveram maior quantia e as obras de maior relevância do programa.

Por fim, será demonstrada qual a participação do programa no desempenho dos indicadores referentes à geração de emprego e renda bem como de quais setores da economia vieram os recursos e os resultados alcançados pelo programa.

2 BREVE AVALIAÇÃO DO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO QUE ANTECEDE O PAC I

Nos anos que antecederam a candidatura do Presidente Lula a economia brasileira crescia em níveis considerados muito baixos. Entre 2001 e 2003 a economia brasileira cresceu em média 1,7% a.a. Esse baixo crescimento foi resultante principalmente da falta de estímulo ao investimento, descrença dos investidores e pela saturação causada pelo fim do governo vigente do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No primeiro ano de mandato do Presidente Lula houve uma grande expectativa quanto ao apoio do governo aos principais setores da economia gerando uma perspectiva aos agentes capaz, entre outros fatores – como o aumento significativo da própria economia mundial - de reverter o pífio desempenho da economia brasileira.

Analisando o crescimento do PIB nos últimos anos tem-se o gráfico abaixo:



Gráfico 1 – Histórico do crescimento econômico brasileiro x mundial.

Fonte: BACEN, BM, IBGE.

Elaboração: O próprio

Conforme o gráfico acima a economia brasileira teve resultados divergentes comparados à variação da economia mundial no período de 2001 a 2003, quando se percebe uma crescente constante da economia mundial passando de 1,7% a.a para 2,6% a.a, porém, desde 2004 obteve variações

regulares de crescimento e recesso, quando comparado com o nível de crescimento mundial, sendo que a maior variação positiva ocorreu justamente em 2004 quando o crescimento da economia brasileira alcançou a diferença de 1,8% a.a.

Na tabela a seguir vê-se que nos seis anos anteriores ao PAC, ou seja, o período de 2001 a 2006, o crescimento da economia brasileira esteve por três vezes abaixo do crescimento da economia mundial, e mesmo quando esteve acima, a diferença não foi tão acentuada como nos anos posteriores.

Crescimento da Economia Brasileira em relação à Economia Mundial

	Mundo (%)	Diferença Brasil (%)
2001	1,7	-0,4
2002	2,0	0,7
2003	2,6	-1,5
2004	3,9	1,8
2005	3,4	-0,2
2006	4,0	0,0
2007	3,8	2,3
2008	1,8	3,3
2009	-2,2	2,0
2010	2,7	3,6
2011	3,2	1,3

Tabela 1 - Diferença do Crescimento da Economia brasileira em relação à economia mundial.

Fonte: BACEN, BM, IBGE

Elaboração: O próprio

Por outro lado após a criação e instauração do PAC, em 2007, a economia não teve nenhum outro ano de déficit comparado com a economia mundial, mesmo em 2009 quando houve grande recesso mundialmente, a economia brasileira apresentou menor queda. Já em 2007 o crescimento da economia brasileira atingira o melhor patamar comparado com a economia mundial dos últimos anos.

No período dos seis anos anteriores ao programa PAC I a economia brasileira teve crescimento médio de 0,07% a.a enquanto a economia mundial apresentou uma média de crescimento ao nível de 2,93% a.a.

Esse resultado corrobora a ideia de que a economia necessitava naquele momento de uma mudança capaz de reverter o cenário,

impulsionando os investimentos e proporcionando estabilidade aos agentes para garantir uma ascensão do crescimento imediata.

O resultado alcançado foi que no período do PAC I a economia brasileira alcançou o crescimento médio de 2,80% enquanto a economia mundial progrediu na média de 1,53%, restando uma diferença de 1,27%.

No que diz respeito ao investimento público houve uma evolução considerável quando comparada com anos anteriores.

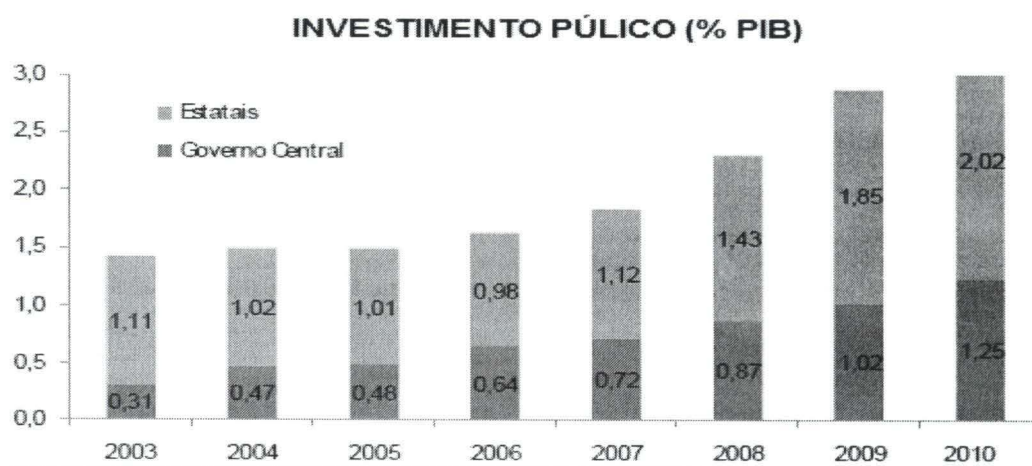


Gráfico 2 – Investimento Público na economia brasileira (% PIB).
Fontes: MF/STN e MP/DEST
Elaboração: O próprio

Pode-se ver que entre 2003 e 2006 houve um aumento do investimento do Governo Central e uma queda na participação de Investimento das Estatais, o qual aumentou de 0,31% para 0,64% e reduziu de 1,11% para 0,98% respectivamente, o investimento público das estatais ficou na média de 1,02% a.a enquanto o investimento público do governo foi na média de 0,47% a.a.

Porém quando analisada a soma dos dois investimentos se verifica uma alta constante ao longo dos anos, tanto no período antecedente quanto durante o período do PAC I. Nos anos que antecederam o programa houve variação de 1,42% a.a em 2003 para 1,62% a.a 2006. Já durante o período do programa houve aumento significativo, passando de 1,84% a.a em 2007 para 3,27% a.a em 2010, representando uma alta de 1,43%.

Outro fator importante que levou à criação do programa foi o baixo índice de investimento em projetos privados pelo BNDES. O gráfico abaixo demonstra

que a quantia antes do PAC I, em cinco anos, totalizou R\$ 209 bilhões, representando em média R\$ 41,8 bilhões a.a e que durante o PAC I foram desembolsados R\$ 460 bilhões, equivalentes à mais de R\$ 250 bilhões comparados aos cinco anos do período anterior.

DESEMBOLSOS DO BNDES (em R\$ bilhões)

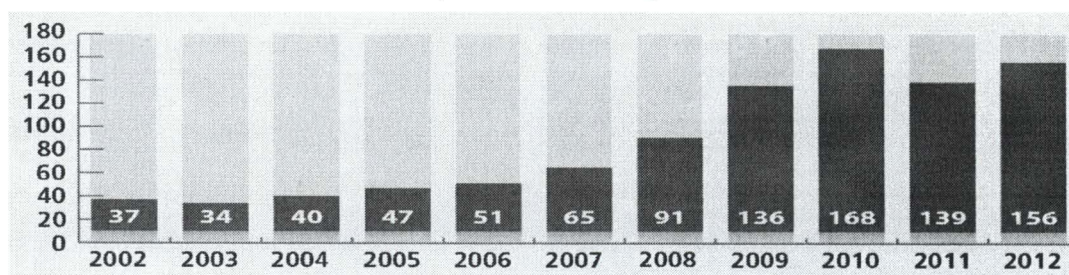


Gráfico 3 – Desembolsos do BNDES com Projetos Privados.

Fontes: BNDES

Elaboração: O próprio

Se de um lado o investimento público apresentou um resultado positivo frente ao cenário mundial, por outro lado, a FBKF não apresentou um resultado tão satisfatório como os outros dados analisados.

Taxa de Investimento (FBKF / PIB)

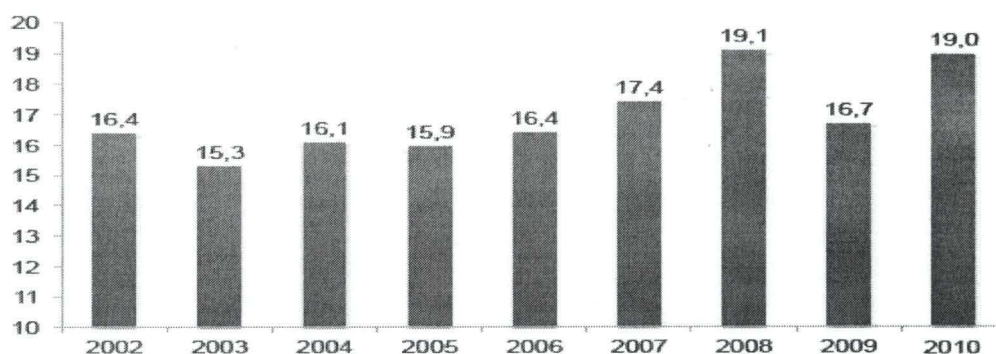


Gráfico 4 – Taxa de Investimento – FBKF / PIB

Fonte: IBGE

Elaboração: O próprio

No gráfico acima é mostrado que no período de 2002 a 2006 a FBKF gravitou entre 15% e 16% e de que a partir de 2007 obteve patamares maiores, atingindo em 2008 seu maior índice nos últimos nove anos chegando à 19,10% do valor total do PIB.

Analisando as variações do trabalho segue uma breve análise de duas variáveis relacionadas ao emprego, taxa de ocupação e taxa de desocupados da população economicamente ativa durante o período de 2004 à 2010.

Anualmente é lançado pelo IBGE o Relatório de Pesquisa Mensal do Emprego (PME) que abrange indicadores importantes para analisar o efeito macroeconômico da economia sobre as tendências do mercado de trabalho influenciando diretamente sobre o planejamento social do país.

Para o presente trabalho foram selecionados os dados relevantes dos Relatórios no período de 2004 a 2010.



Gráfico 5 – Taxa de Ocupação da População Brasileira.

Fonte: IBGE

Elaboração: O próprio.

Desde 2004 o nível de ocupação da população está acima dos 50% e em nível crescente, com exceção apenas no ano de 2009. Estes valores provavelmente teriam superado os 55% se não fosse a crise mundial de 2009 que retraiu toda a economia. Pode-se ver que em 2007 pela primeira vez nos anos analisados a taxa de ocupação superou o limite de 52% tendo ainda um efeito maior no ano seguinte superando os 53%.

Este aumento foi ocasionado principalmente pelo aumento dos empregos formais que superaram os níveis de emprego informais. Comparado com 2007, o setor de construção civil foi o que teve maior crescimento em 2008 (14,1%) impulsionado principalmente pelas obras nas regiões norte e nordeste.

É possível ver que nos três anos antes de 2007 a média de ocupação ficou na margem de 51,5% da população enquanto já no primeiro ano do programa houve um crescimento de 0,5% comparado ao ano anterior ultrapassando os 52%.

Corroborando os dados levantados referente a porcentagem de ocupação é apresentado abaixo a variação na quantidade de desocupados.

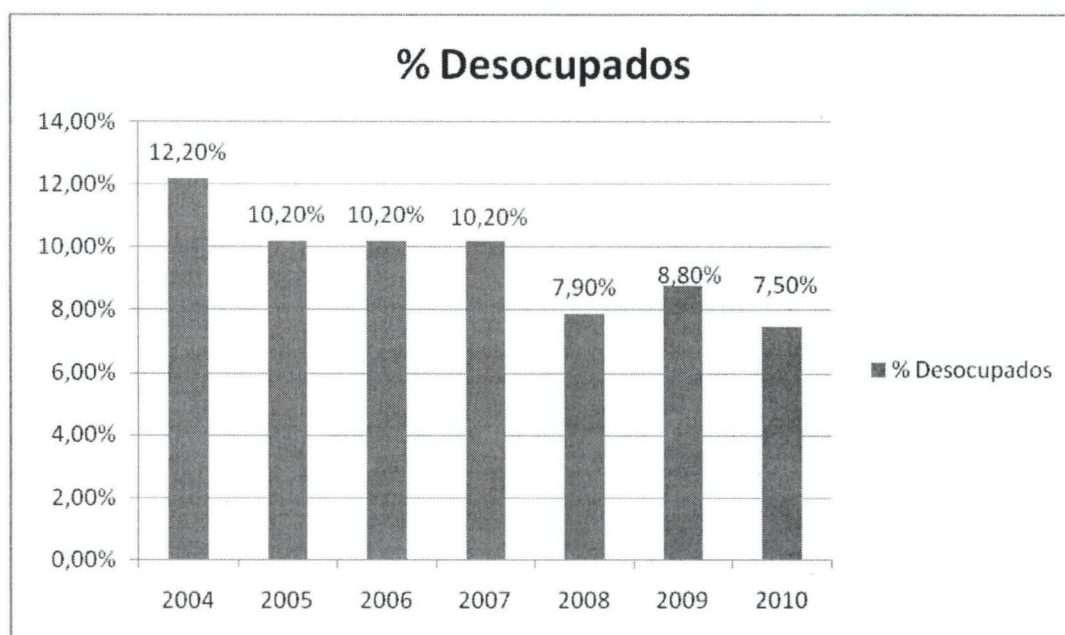


Gráfico 6 – Taxa de Desocupação da População Brasileira.

Fonte: IBGE

Elaboração: O próprio.

De forma reversa aos dados de ocupação, no gráfico acima é constatado que a totalidade da população desocupada diminui em ritmo constante desde 2004, mais uma vez, com exceção em 2009, porém, em 2010 alcançou-se um patamar de redução menor que em 2008 nas vésperas da crise mundial, ficando o ano de 2010 no final do programa a menor porcentagem de desocupados de todo o período.

3 A ESTRUTURAÇÃO E OS OBJETIVOS DO PAC I

O plano econômico criado pelo governo brasileiro para crescimento da economia lançado em 2007 visava o crescimento da economia tendo como meta estipulada para investimentos públicos ao longo do quadriênio 2007-2010 a quantia de R\$ 503,9 bilhões, R\$ 216,90 bilhões deste valor seriam investidos pelo setor privado. A seguir será demonstrado o princípio da demanda efetiva de Keynes o qual servirá de base para a análise que seguirá no trabalho.

3.1 O PAC I e o Princípio da Demanda Efetiva de Keynes

Segundo a teoria de Keynes quando há um aumento da quantidade de emprego na economia há também um aumento da renda real agregada. Isso leva os trabalhadores a aumentar o consumo, sendo assim, é necessário que haja um investimento capaz de atender o consumo imediato dos indivíduos, porém, este aumento do consumo não é da mesma proporção que o aumento da renda.

A demanda efetiva então se caracteriza pelo nível em que as expectativas de lucros dos empresários são maximizadas e resume a ideia de que o nível de emprego ofertado pelas empresas é uma função direta do nível de investimento.

Considerando que o nível da propensão marginal a consumir e o nível de investimento são os determinantes do nível de emprego e renda, se houver um baixo nível de investimento na economia, este resultará em menor nível de emprego.

Considerando o que foi exposto pode-se considerar que:

- Dado certo nível de produção e de recursos a renda depende diretamente da variação no nível de emprego;
- O resultado do que uma comunidade vai consumir depende das características psicológicas desta comunidade, isso nada mais é do que o montante da renda da comunidade, pois, entende-se que quanto maior a renda maior será a propensão marginal a consumir;

- A quantidade de emprego que os empresários vão ofertar depende basicamente do montante que a comunidade vai consumir e da quantidade de investimento que será realizado.

Ainda segundo Keynes considerando que o Estado encontra-se em uma situação importante de liderança sob os indivíduos é de se esperar que ele desempenhe um trabalho de organização dos investimentos gerados na economia.

“Encontrando-se o Estado em situação de poder... espero vê-lo assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos.” (Keynes, 1982, p. 135).

Esta foi a finalidade do programa PAC I quando anunciou que parte dos investimentos seria liberado pelo governo e haveria uma contrapartida por parte dos agentes privados para alavancar a economia.

A função do Estado neste caso é de exercer um papel, não somente controlador, mas também de agir como orientador dos investimentos privados. Ao afirmar que o uso da taxa de juros não é suficiente para orientar os investimentos privados, Keynes argumenta que seria necessária uma atuação direta do governo nos investimentos. Segundo Keynes (1982, p.288).

“... parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada.

...Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete.

Estas ações durante o PAC I foram evidenciadas com uma melhoria no sistema tributário, principalmente com a desoneração de investimentos voltada

para os setores de infraestrutura e construção civil, além, de criar medidas de incentivo fiscal ao setor de tecnologia em micro e pequenas empresas. Além disso, como mostrado nos itens anteriores, boa parte dos investimentos previstos pelo PAC são reservados ao setor privado com taxa de retorno garantida pelo Estado.

O PAC I pode ser considerado como um programa de gastos autônomos do governo que tem como principal objetivo propiciar o aumento do emprego através de obras que incentivem o desenvolvimento econômico. Em 09 de Dezembro de 2010 o Comitê Gestor do PAC divulgou o relatório de balanço dos quatro anos de duração do PAC I. Segundo este relatório:

“Passados quatro anos desde o lançamento do PAC, os resultados efetivos alcançados pela economia brasileira indicam que o objetivo de acelerar o crescimento econômico – mesmo levando em conta a interferência da maior crise internacional em 80 anos - foi atingido.” (CGPAC, 2010, p. 8).

Ao lançar o programa em 28 de Janeiro de 2007 pela Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a propiciar um cenário econômico nacional estável capaz de incentivar os investimentos privados através de medidas tanto no âmbito econômico como no âmbito social.

O Relatório apresentado durante o lançamento do PAC I dispõe a ideia de que o programa teria o objetivo de proporcionar a aceleração do crescimento juntamente com o aumento do emprego e com isso também a melhoria da qualidade de vida da população. Segundo Oliva e Zendron (2010, p. 76):

“O PAC tem como objetivo impulsionar o crescimento da economia brasileira, com base na promoção de investimentos em setores de Infra-Estrutura.”

Além disso, a sustentabilidade dos resultados de programas de crescimentos no longo prazo tem sido obstáculo significativo para economias em desenvolvimento. Para superar esta dificuldade e alcançar os objetivos

estabelecidos pelo PAC I, o programa foi dividido em cinco principais blocos que serão explicados a seguir, são eles:

- Investimento em Infra-Estrutura sob responsabilidade do BNDES;
- Estímulo ao Crédito e Financiamento sob responsabilidade da CEF;
- Melhoria no cenário de Investimento;
- Aperfeiçoamento do Sistema Tributário;
- Medidas Fiscais no Longo Prazo.

3.2 INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA.

O objetivo do governo com o aumento de Investimento em Infra-Estrutura seria de diminuir os gargalos que dificultavam o crescimento sustentável e a estabilidade da economia, reduzindo os custos das empresas e estimulando o setor privado a contribuir com o aquecimento da economia, com isso, alcançando o objetivo social diminuindo as diferenças regionais através dos aumentos do emprego e renda da população.

A tabela abaixo mostra como foram definidos os gastos do programa.

Investimento do PAC I - 2007/2009	
	em R\$ bilhões 2007-2010
Logística	58,3
Orçamento Fiscal e da Seguridade	33,0
Estatais Federais e Demais Fontes	25,3
Energia	274,8
Orçamento Fiscal e da Seguridade	-
Estatais Federais e Demais Fontes	274,8
Infra-Estrutura Social	170,8
Orçamento Fiscal e da Seguridade	34,8
Estatais Federais e Demais Fontes	136,0
Total do PAC	503,9
Orçamento Fiscal e da Seguridade	67,8
Estatais Federais e Demais Fontes	436,1

Tabela 2 – Investimento em Infra-Estrutura PAC I.

Fonte: Governo Federal, 2007.

Elaboração: O próprio

Foram estabelecidos três segmentos preferenciais, sendo, Logística, Energia e Infra-Estrutura Social. O total do investimento previsto foi de R\$ 503,90 bilhões, sendo distribuídos 11,57% para o setor de Logística com R\$ 58,3 bilhões, para Energia foram planejados R\$ 274,8 bilhões equivalentes a 54,53% e, por fim, para o setor de Infra-Estrutura Social foram destinados R\$ 170,8 bilhões equivalentes a 33,90%.

Fica evidenciada a preocupação com o setor de Energia, necessário para a sustentabilidade do avanço industrial produtivo ao longo prazo. Não há como crescer de forma sustentada sem um significativo investimento no setor de energia, a fim de evitar um novo apagão¹ como o ocorrido em 2001/2002, para isso o planejamento de mais da metade dos investimentos deste bloco, relatores do BNDES mostraram que:

“O cenário dos investimentos dos setores de infraestrutura é bastante diferente do industrial. Os grandes projetos estão localizados em telecomunicações e em energia elétrica, ambos sujeitos a forte regulação. Em princípio, essa característica deveria garantir maior estabilidade aos investimentos previstos durante o PAC I.” (TORRES E PUGA, 2006, p. 36)

O PAC I influenciou obras em todo o território nacional durante sua execução. Conforme já mencionado a preocupação com energia estava evidenciada com o grande comprometimento em projetos para este setor, sendo assim, duas das maiores hidrelétricas² do mundo foram iniciadas durante este plano econômico, Santo Antônio e Jirau.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na capital de Rondônia, Porto Velho, recebeu R\$ 6,1 bilhões de investimentos tendo cerca de 10.000 trabalhadores empregados diretamente na primeira fase da obra, tendo previsão para gerar 3.150 megawatts e entrar em atividade em meados de 2013.

¹ A esse respeito ver, Solnik, Alex – A guerra do apagão: A crise de energia elétrica no Brasil. 2001. Ed. Senac – SP.

² Para informações sobre as Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, acessar www.furnas.com.br.

Já a usina hidrelétrica de Jirau, localizada também no curso do Rio Madeira, fazendo parte do Complexo Rio Madeira, recebeu R\$ 7,2 bilhões e terá capacidade estimada de geração de 3.750 megawatts sendo que sua conclusão e início das atividades estão previstos para o final de 2012.

O agente responsável pelo financiamento desta etapa do programa foi o BNDES tendo tido grande importância para a conclusão bem sucedida, como explica o presidente do BNDES, Luciano Coutinho:

“O BNDES desempenha papel fundamental como agente financeiro dos projetos de investimento no âmbito do PAC I. Até janeiro de 2011 a carteira do BNDES no âmbito do PAC I reuniu 503 projetos consolidando a posição do banco como importante agente financeiro.”
(COUTINHO, 2012, p. 335)

Dos 503 projetos aprovados pelo BNDES durante o programa a grande maioria está ligada ao setor de energia que corresponde a 80% dos desembolsos do banco. Verifica-se isso na tabela a seguir:

Desembolsos do BNDES para Projetos do PAC I (R\$ bilhões)								
Eixos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Interregional	Total	%
Energia	20,10	22,30	9,70	7,20	4,40	20,60	84,30	80%
Logística	0,58	2,30	7,60	0,80	0,25	2,04	13,57	13%
Infraestrutura Social e Urbana	0,20	0,54	5,71	0,55	0,91	-	7,91	7%
Administração Pública	0,004	0,024	0,024	0,014	0,016	-	0,082	0,1%
Total	20,88	25,16	23,03	8,56	5,58	22,64	105,86	100%

Tabela 3 – Desembolsos do BNDES para projetos do PAC I.

Fonte: BNDES.

Elaboração: O próprio

A primeira vertente de investimento abrange os projetos que envolvem energia e mais notadamente nas regiões norte e nordeste explicado pelo fato

de abrigarem os principais projetos do setor de energia. Em seguida, os projetos de logística na região sudeste teve a maior notoriedade entre todas as regiões, impulsionada principalmente pelas obras de estradas para escoamento de lavoura e melhoramento no tráfico de veículos.

Considerando somente os projetos de energia das regiões norte e nordeste o investimento durante o programa foi de R\$ 42,4 bilhões. Dentre os projetos destas regiões destacam-se a grandiosidade de algumas obras tanto pelo volume de investimentos recebidos quanto pelo número de empregos gerados, citadas abaixo as principais obras de infraestrutura do PAC I nas regiões norte e nordeste.

Principais Obras de Infra-Estrutura do PAC I - Norte-Nordeste			
Obra	Início	Investimento BNDDES	Empregos Gerados (Aproximados)
Usina Hidrelétrica Jirau (RO)	julho/2007	7,2	8.200
Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO)	setembro/2008	6,1	10.000
Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA)*	junho/2011	5,3	18.800
Refinaria Abreu a Lima (PE)	março/2007	2,5	2.900
Transposição Rio São Francisco (PE)	julho/2007	8,5	5.000
Total		24,3	26.100

Tabela 4 – Principais obras de Infra-estrutura do PAC 1 – regiões norte e nordeste.

Fonte: BNDDES/MME/FURNAS

Elaboração: O próprio

- Valores de Investimento em R\$ bilhões

Nota-se que na região norte as três principais obras abrangem usinas hidrelétricas, sendo duas em Rondônia, e a mais polêmica entre todas, a usina de Belo Monte no Pará, que causou grande repercussão pelo fato de ter sido instalada no rio Xingu gerando protesto de várias tribos indígenas. Devido ao grande atraso para liberação, motivado principalmente pelos protestos e por estudos de impacto sociais mais detalhados, nesta obra o investimento que o

PAC 1 concedeu foi de R\$ 5,3 bilhões, porém, a previsão de investimento total para este projeto seja cerca de R\$ 26 bilhões.

Na região nordeste a maior obra está na transposição do rio São Francisco e na construção da refinaria de petróleo Abreu e Lima. Somente as cinco principais obras presentes nas regiões norte e nordeste foram capazes de gerar durante o período do PAC 1 cerca de 26 mil novos empregos.

3.3 ESTÍMULOS AO CRÉDITO E AO FINANCIAMENTO

O Crédito e o Financiamento, outros dois dos principais pilares para o crescimento da economia, seriam utilizados principalmente no momento do aumento da demanda e geração de empregos, aproveitando o aumento da propensão marginal a consumir, o crédito seria utilizado para aquecer a economia no curto prazo e o financiamento principalmente para aquisição e/ ou reformas de imóveis.

Sendo assim, o governo tomou por meta aumentar o volume de crédito, sobretudo através de programas de financiamento habitacional e para Infra-Estrutura. As novas medidas de concessão de crédito foram definidas da seguinte forma:

- 1 – A CEF receberia da união R\$ 5,2 bilhões para aplicação em projetos de saneamento e habitação e ficaria responsável pelo crédito à pessoa física para investimentos em construção podendo utilizar o FGTS para aquisição e reforma de imóveis;
- 2 – O limite de crédito do setor público seria ampliado para execução de projetos em saneamento ambiental;
- 3 – O FGTS seria utilizado para criar um fundo de Investimento em Infra-Estrutura;
- 4 – O Fundo de Arrendamento Residencial teria uma elevação significativa de sua liquidez;

A CEF recebeu uma quantia maior de investimentos e ficou responsável para desempenhar projetos relacionados à habitação. Resultado disto foi o

lançamento do programa “Minha casa, Minha Vida” anunciado pelo Governo Federal em 25 de março de 2009 quando foram estabelecidos os parâmetros para os financiamentos residenciais. Conforme comentário da SAE:

“Um dos principais obstáculos para o crescimento mais rápido da construção residencial é a insuficiência de crédito com prazos e taxas de juros adequados. A residência é o principal bem tangível privado para uma família, mas seu preço relativamente elevado frente à renda dos assalariados implica um dispêndio que, necessariamente, deve ser financiado a prazos muito longos, até trinta anos.” (SAE, 2007, p. 342).

Em novembro de 2012 a CEF divulgou o relatório de demanda habitacional no Brasil no período de 2001 a 2009.

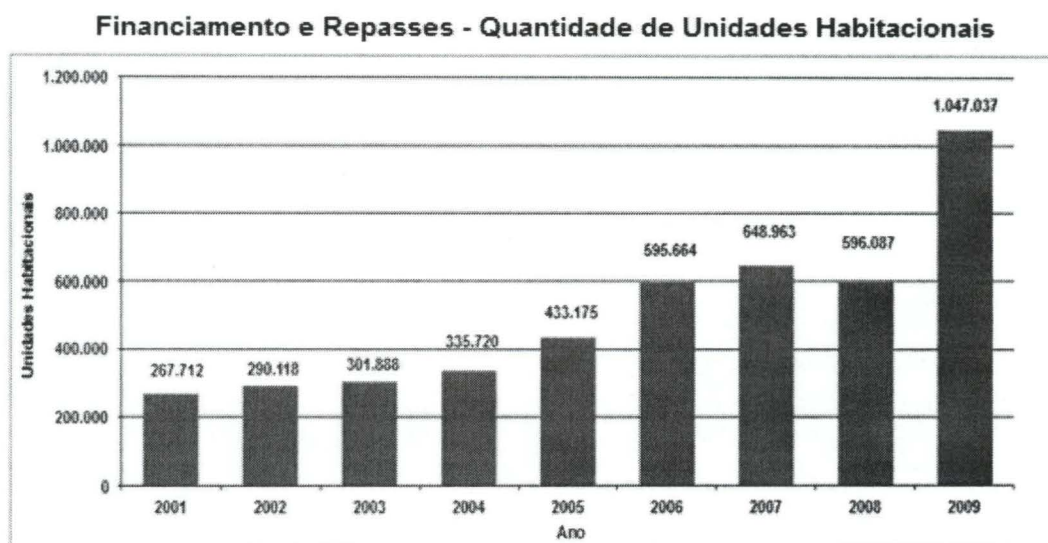


Gráfico 7 – Financiamento e Repasses – Quantidades de Unidades Habitacionais

Fonte: CEF/VIGOV/SUDES/GEIPA

Elaboração: O Próprio

No gráfico acima é demonstrado o ritmo de unidades habitacionais financiadas pela CEF ao ano. Desde 2001 até 2003 a quantidade financiada ficou na média de 286.573 unidades, sendo que, somente em 2003 passaram das 300 mil habitações. Como mencionado anteriormente, com a eleição do presidente Lula gerando uma perspectiva positiva aos agentes e também pelo desempenho positivo da própria economia mundial, já em 2004 há um

crescimento de 11,21% quando a quantidade financiada ultrapassa as 330 mil unidades.

Considerando o período dos três anos antes e depois da eleição do presidente Lula, há uma variação de, 859.718 unidades de 2001 a 2003 para 1.364.559 no período de 2004 a 2006 representando um aumento de 58,72%.

A maior mudança realmente acontece no ano de lançamento do programa “Minha casa, Minha vida” em 2009 quando o índice aumenta de 596.087 em 2008 para 1.047.037 em 2009 resultando em um aumento de 75,65% já no primeiro ano do programa.

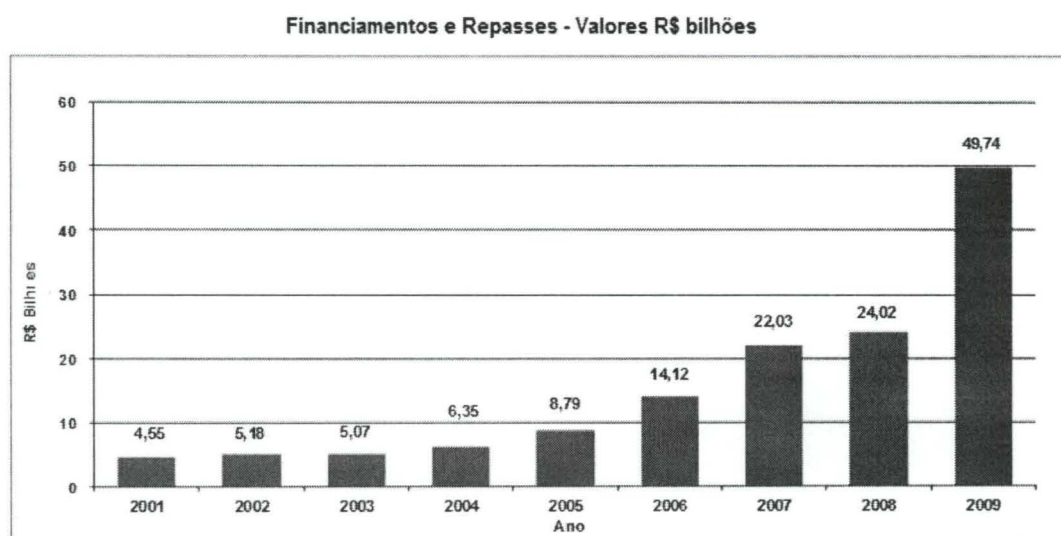


Gráfico 8 – Financiamento e Repasses – Valores em R\$ bilhões

Fonte: CAIXA/MIGOV/SUDES/GEIPA

Elaboração: O Próprio

Outro indicativo para o programa é o gráfico acima que demonstra o nível de financiamento expresso em R\$ bilhões. Acontece uma evolução muito parecida com o gráfico anterior, porém, uma particularidade chama a atenção que é o ano de 2008. Enquanto as quantidades financiadas não seguem uma alta constante desde 2001, sendo interrompida em 2008 com uma queda de 8,15%, a quantia financiada em valor monetário segue uma constante alta.

Esse fato provavelmente é decorrente por diminuir a quantia de habitações com valores mais baixos e aumentar a demanda por imóveis mais caros, ou, até mesmo por diminuir a quantia de aquisições de imóveis e

aumentar o investimento em reformas impulsionando o consumo de materiais de construção e conseqüentemente o repasse financeiro da CEF.

4 PARTICIPAÇÃO DO PAC I NA VARIAÇÃO DO TRABALHO E RENDA

Criada em 23 de dezembro de 1975 a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS³ - obtém informações dos empregadores para contabilizar quantos novos postos de trabalho foram criados durante determinado período.

A RAIS oferece dados importantes para o suprimento de informações de controle da atividade trabalhista e também para o controle do sistema previdenciário e de pagamento de benefícios sociais. É através destas informações que se pode identificar qual a quantidade de novos empregos foram criados durante o período do PAC I, mostrados na tabela abaixo:

Informativo RAIS - Ano	Quantidade Total de Empregos Gerados no Ano
2004	1.862.649
2005	1.831.041
2006	1.916.632
2007	2.452.181
2008	1.834.136
2009	1.765.980
2010	2.860.809

Tabela 5 - Quantidade total de novos empregos gerados ao ano.

Fonte: RAIS, MTE

Elaboração: O próprio.

Analisando a tabela acima se verifica que durante o período de 2007-2010 foram criados 8.913.106 novos empregos. Pode-se constatar uma alta significativa já no primeiro ano em relação a 2006 que corresponde a 535.549 novos postos de trabalho. Já em 2008 houve uma queda de 25,20% reduzindo em 618.045 o número na geração de novos empregos. De 2008 para 2009 novamente houve redução, desta vez em menor escala, uma queda de 3,72% equivalentes a 68.156 postos de trabalho.

Por fim, no último ano do PAC I houve uma alta considerável na quantidade de novos postos de trabalho sendo a maior do período analisado

³ Ver Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) - MTE

refletindo uma alta de 62% em relação á 2009 e gerando mais 1.094.829 novos empregos do que no ano anterior.

Para este trabalho foram considerados duas categorias de novos empregos que possuem maior grau de importância nos objetivos do PAC I, construção civil e indústria de transformação, esta principalmente no setor petrolífero, tendo em vista que o investimento em infra-estrutura foi o principal tópico do programa seguido pela estabilização do ambiente de investimento, estimulando o crédito e melhorando o sistema tributário e fiscal no longo prazo.

Através das RAIS destes setores temos os empregos gerados a cada ano na tabela abaixo.

RAIS - Ano	Quantidade de Empregos Gerados ao Ano	
	Ind. De Transformação	Construção Civil
2003	146.385	-58.099
2004	571.000	70.319
2005	206.604	126.825
2006	461.322	148.051
2007	487.384	224.543
2008	228.673	296.607
2009	50.244	217.692
2010	524.618	376.634

Tabela 6 – Empregos gerados na Ind. de Transformação e Construção Civil.

Fonte: RAIS - MTE

Elaboração: O próprio

Analisando a tabela acima se constatou que os dois segmentos analisados do mercado de trabalho possuem grande relevância na geração de empregos, sendo que, a indústria de transformação manteve uma série histórica consideravelmente instável. Em 2004 gerou 571.000 novos empregos, porém, decaindo em 64% em 2005 retrocedendo 364.396 postos de trabalho.

Já em 2007 no início do programa PAC I este setor gerou 487.384 novos empregos tendo uma queda nos anos seguintes considerável. No período de 2003 à 2006 este segmento gerou 1.385.311 empregos formais sendo que no período do PAC I este mesmo segmento gerou 1.290.919 empregos representando uma queda de 6,81%. É importante verificar que mesmo com uma queda na quantidade de empregos gerados comparados ano a ano o

setor não chegou a apresentar uma quantidade negativa, ou seja, quantidade menor de empregos gerados comparados ao ano anterior.

No setor da construção civil foi identificada uma variação mais estável e positiva. Enquanto em 2003 o setor apresentou um déficit de mais de 50.000 empregos, em 2004 já apresentava reação, gerando 70.139 novos empregos.

Em 2007 no primeiro ano do PAC I o setor apresentou uma alta de 52% em relação a 2006 equivalentes à 76.492 empregos e passando pela primeira vez nos últimos cinco anos dos 200.000 novos empregos gerados.

De 2003 à 2006 o setor de construção civil gerou 287.096 novos empregos nunca passando dos 150.000 novos empregos em nenhum dos anos, enquanto no período PAC I, foram gerados 1.115.476 novos empregos representando um aumento de 289% comparados ao período anterior.

A seguir é analisada qual a participação dos dois setores isoladamente na geração total de emprego somente durante o período do PAC I. Primeiramente a participação da Indústria de transformação.

	Quantidade de Empregos Gerados no Ano RAIS x PAC I – Indústria de Transformação		
	RAIS	PAC I	%
2007	2.452.181	487.384	19,88
2008	1.834.136	228.673	12,47
2009	1.765.980	50.244	2,85
2010	2.860.809	524.618	18,34

Tabela 7 – Quantidade de empregos gerados no ano RAIS x PAC I – Indústria de transformação.

Fonte: RAIS - MTE

Elaboração: O próprio

Pela tabela acima é possível perceber a importância da indústria de transformação na geração total de empregos principalmente no primeiro e último ano do programa, correspondendo à 19,88% e 18,34% respectivamente, sendo que em 2010 bateu o recorde de geração de novos empregos. Nota-se que a indústria de transformação acompanhou as variações da geração total de emprego, em 2008 e 2009 houve queda em ambos os índices e em 2010 quando houve um aumento significativo na geração de empregos, a indústria de transformação mais uma vez acompanhou.

No que se refere à participação da construção civil segue na tabela abaixo.

	Quantidade de Empregos Gerados no Ano RAIS x PAC I Construção Civil		
	RAIS	PAC I	%
2007	2.452.181	224.543	9,16
2008	1.834.136	296.607	16,17
2009	1.765.980	217.692	12,33
2010	2.860.809	376.634	13,17

Tabela 8 – Quantidade de empregos gerados no ano RAIS x PAC I – Construção Civil.
Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: O próprio

Já a construção mesmo tendo uma participação menor na geração de empregos comparados ao geral teve uma participação melhor no sentido de que mesmo quando houve a primeira queda nos empregos novos em 2008 a construção civil não seguiu o mesmo ritmo e apresentou um aumento de 36% em relação a 2007.

Em 2009 quando houve grande recessão econômica o setor apresentou baixa, mas não caiu abaixo dos 200.000 novos empregos como nos anos anteriores.

Por fim é apresentada a representatividade dos dois setores juntos na geração de novos empregos no período do PAC I.

	Quantidade de Empregos Gerados no Ano RAIS x PAC I Ind. de Transformação + Construção Civil		
	RAIS	PAC I	%
2007	2.452.181	711.927	29,03
2008	1.834.136	525.280	28,64
2009	1.765.980	267.936	15,17
2010	2.860.809	901.252	31,50
TOTAL	8.913.106	2.406.395	26,99

Tabela 9 – Quantidade de empregos gerados no ano RAIS x PAC I.
Fonte: RAIS - MTE
Elaboração: O próprio

Durante o período do programa foram gerados no total 8.913.106 novos empregos formais somando todos os segmentos da economia sendo que os setores da Indústria de transformação e Construção civil geraram 2.406.395

novos empregos representando 26,99% do total. Em todas as informações analisadas se percebe que depois da recessão de 2009 todos os indicadores sofreram reação e aumento considerável em 2010.

Houve ainda uma queda no percentual de participação no emprego total em 2009, caindo de 28,64% em 2008 para 15,17%. Essa fato ocorreu devido a queda no setor de indústria de transformação, que passou de 225.673 empregos gerados em 2008 para 50.244 em 2009, representando uma queda de 77,74%.

No que se refere à análise da variação da renda foi considerado o PIB *per capita* brasileiro durante o período do programa como fonte de dados. Segundo Feijó e Ramos (2003, p. 21):

“O PIB *per capita*, ou renda *per capita*, é uma referência importante como uma medida-síntese do padrão de vida e do desenvolvimento econômico dos países. É obtido dividindo-se o PIB do ano pela população no mesmo período.”

Através dos dados divulgados nas séries estatísticas do IBGE obtiveram-se os seguintes dados relativos ao PIB *per capita* da população brasileira:

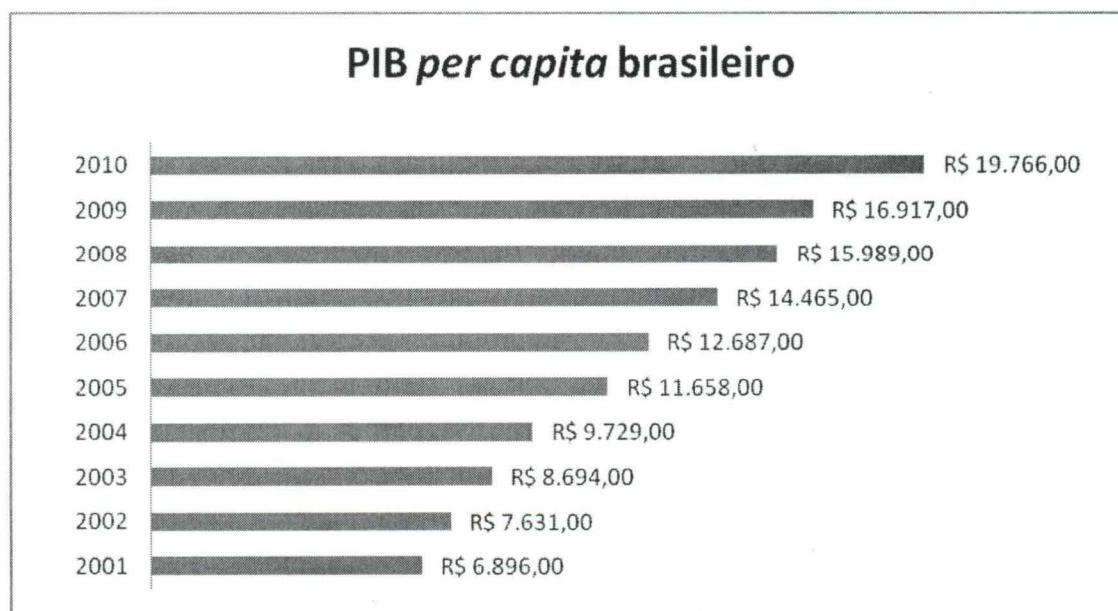


Gráfico 9 – PIB *per capita* brasileiro.
Fonte: IBGE - Séries Históricas
Elaboração: O próprio

Analisando os dados acima foi identificado que durante os primeiros anos da década a renda per capita crescia praticamente R\$ 1.000,00 ao ano inclusive no período de transição de governo com a posse do presidente Lula em 2004.

Durante os anos de 2003 a 2006 a renda per capita da população teve um aumento de quase 46% passando de R\$ 8.694,00 para R\$ 12.687,00, sendo que desde o primeiro ano de governo do presidente Lula houve um constante aumento que se estendeu aos anos seguintes, de 2004 para 2005 já se verificou um aumento de quase R\$ 2.000,00.

Analisando o período do programa PAC I 2007 a 2010 a renda per capita sofreu um aumento em termos percentuais de 37%, menor que o mesmo período anterior, porém, foi maior considerando em termos monetários passando de R\$ 14.465,00 para R\$ 19.766,00 representando um aumento de R\$ 5.301,00 nos quatro anos do programa PAC I.

Os resultados dos dois períodos de quatro anos podem ser comparados levando em conta que a média de paridade da moeda nacional com o Dólar no mês de dezembro de 2006 era de US\$ 2,138 e em dezembro de 2010 a média era de US\$ 1,6662, ou seja, no final do programa PAC I o real estava mais valorizado propiciando maior poder de compra aos consumidores e tornando o aumento da renda per capita ainda mais efetivo.

No âmbito da participação do PAC I na taxa de investimento - FBKF⁴ -, seguem abaixo os valores monetários durante o período.

	Valores da FBKF em relação ao PIB		
	PIB (R\$)	FBKF (PIB)	FBKF (R\$)
2007	2.661.344	17,4%	463.074
2008	3.032.203	19,1%	579.151
2009	3.237.404	16,7%	540.646
2010	3.770.085	19,0%	716.316
TOTAL	12.701.036	18,1%	2.299.187

Tabela 10 - Valores da FBKF em relação ao PIB.

Fonte: IBGE

Elaboração: O próprio.

⁴ Ver Gráfico 4 – Taxa de Investimento – FBKF / PIB - Pag.18

Pode-se constatar que durante o período de 2007-2010 o PIB variou em 42% aumentando seu montante anual de pouco mais de dois trilhões e meio de reais em 2007 para quase quatro trilhões de reais em 2010 sendo que nos anos seguintes houve alta constante em relação ao ano anterior. Os 17,4% de participação no PIB da FBKF em 2007 corresponderam á R\$ 463.074 bilhões. Mesmo tendo sua maior participação percentual no PIB em 2008 e regredindo em 2009, a FBKF teve seus valores monetários em constante alta nos quatro anos variando em 54,69% de 2007 para 2010 o que correspondeu a mais de duzentos e cinquenta bilhões de reais.

Considerando o período analisado, o PIB resultou em um montante de mais de doze trilhões de reais, enquanto a FBKF ultrapassou os dois trilhões de reais participando de 18,10% do PIB. Estes dados são apresentados na tabela á seguir:

	Valores da FBKF em relação ao PIB (2007-2010)		
	PIB (R\$)	FBKF (R\$)	FBKF (PIB)
2007-2010	12.701.036	2.299.187	18,10%

Tabela 11 - Valores da FBKF em relação ao PIB período 2007-2010

Fonte: IBGE

Elaboração: O próprio.

Em dezembro de 2010 no relatório do PAC I foram divulgados os dados de execução orçamentária do programa que obtiveram o montante de R\$ 619 bilhões no período de quatro anos.

No gráfico a seguir o investimento das estatais durante o período de 2007-2010 chegou à R\$ 202,8 bilhões enquanto a contrapartida do setor privado alcançou o valor de R\$ 128 bilhões, agregando na economia o equivalendo à 63% do investimento total das estatais

. Como já demonstrado anteriormente, através de programas sociais como o programa “Minha casa, minha vida” o financiamento de pessoa física foi o segmento que mais obteve êxito tendo como resultado dos quatro anos de PAC o montante de 216,9 bilhões de reais, destes, a CEF participou com a liberação de crédito e financiamento para habitação R\$ 95,79 bilhões.

No lançamento do PAC I o plano previa o investimento total de R\$ 503,9 bilhões e quatro anos depois não somente atingiu o previsto como ultrapassou

em R\$ 115,1 bilhões o que equivale à um aumento de 22,84% referente ao valor previsto inicialmente.

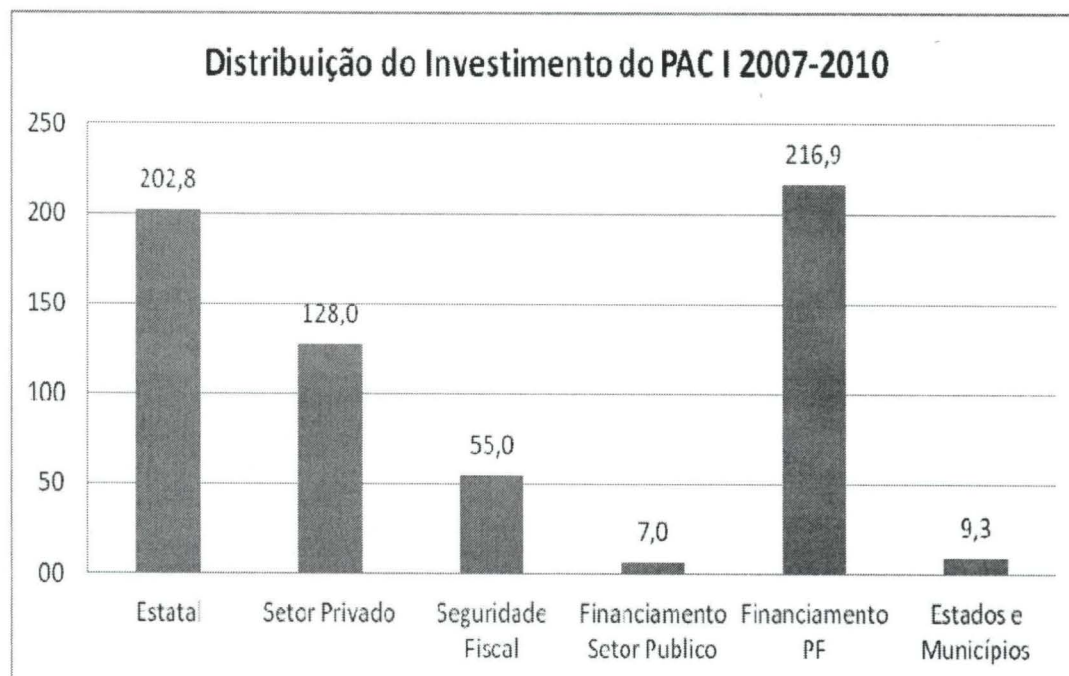


Gráfico 10 – Distribuição do PAC I 2007-2010.

Fonte: MF/STN e MP/DEST

Elaboração: O próprio.

Analisando a participação do PAC I na FBKF e no PIB durante o período de 2007-2010 temos o seguinte resultado:

Participação PAC I - % PIB e FBKF (2007-2010)					
	PIB (R\$)	FBKF (R\$)	PAC I	PAC I % PIB	PAC I % FBKF
2007-2010	12.701.036.000	2.299.187.247	619.000.000	4,9%	26,9%

Tabela 12 - Participação PAC I - % PIB e FBKF

Fonte: IBGE, MF/STN e MP/DEST

Elaboração: O próprio.

Na tabela acima identifica-se o PAC I representando 4,9% do PIB acumulado no período de 2007-2010 e 26,9% da FBKF durante o mesmo período.

5 CONCLUSÃO

O Objetivo do trabalho foi analisar como se comportou o nível de emprego e renda durante a execução do PAC I e através das informações analisadas pôde-se identificar que o programa teve grande participação na evolução da economia no âmbito da geração do emprego e na variação da renda *per capita*.

O primeiro ponto foi o aumento significativo no investimento. No setor público houve variação de 1,04% no investimento das Estatais e de 0,61% no investimento do Governo Central. No que se refere aos projetos privados mais uma vez houve variação positiva durante o programa. Nos anos que antecederam o PAC I o montante despendido pelo BNDES para projetos privados girava em torno dos R\$ 40 bilhões e depois do início do programa houve uma alta constante alcançando o montante de R\$ 168 bilhões em 2010.

Este aumento, tanto do investimento público quanto do investimento privado, gerou um efeito multiplicador primeiramente no emprego, considerando que em três anos antecedentes ao programa a geração de novos empregos não ultrapassou os dois milhões de novas unidades, e já no primeiro ano do programa a quantia de novos empregos ultrapassou os dois milhões e quatrocentos mil unidades correspondentes a mais de quinhentos mil novos postos de trabalho. Ao todo foram mais de dois milhões e quatrocentos mil novos postos de trabalho gerados durante o programa, equivalentes a 27% do total de novos empregos gerados.

Não se pôde, devido ao método de análise utilizado neste trabalho, identificar qual foi efetivamente o número de empregos gerados pelo programa, uma vez que alguns segmentos sofreram influência indireta como é o caso da Indústria de Transformação, porém, é de se considerar que através do montante investido pelo PAC I nos setores descritos houve uma importante participação no desempenho da economia.

O programa se consolida levando em conta que a meta inicial do programa era gerar investimento de R\$ 503,9 bilhões sendo que R\$ 216 bilhões seriam contrapartida do setor privado e no final do programa constatou-se o montante total de investimento de R\$ 619 bilhões, valor 23% a mais do

que a meta inicial, onde R\$ 274 bilhões foram de investimento público e R\$ 344 bilhões foram do setor privado e crédito à pessoa física.

Por fim, pôde-se constatar que o Estado desempenhou um papel de organizador de investimentos uma vez que efetuou o seu desembolso autônomo na economia, fomentou e investimento privado e garantiu através de políticas públicas um cenário positivo para os agentes.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: [HTTP://www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Séries temporais. Acesso em: Novembro de 2012.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: [HTTP://www.bancomundial.org.br](http://www.bancomundial.org.br). Publicações e relatórios. Acesso em: Novembro de 2012.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: [HTTP://www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Publicações. Acesso em: Dezembro de 2012.

CEF. Caixa Econômica Federal. Disponível em: [HTTP://www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br). Downloads. Acesso em: Janeiro de 2013.

FURNAS. Disponível em: [HTTP://www.furnas.com.br](http://www.furnas.com.br). Publicações. Acesso em Novembro de 2012.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: [HTTP://www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Planos e Programas. Acesso em: Dezembro de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [HTTP://downloads.ibge.gov.br](http://downloads.ibge.gov.br). Estatísticas. Acesso em: Janeiro de 2013.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: [HTTP://www.trabalho.gov.br](http://www.trabalho.gov.br). Dados e Estatísticas. Acesso em: Novembro de 2012.

KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e do dinheiro, 1ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1982.

OLIVA, R.; ZENDRON, P. Políticas Governamentais Pró-Investimento e o papel do BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Publicações. Acesso em: Dezembro de 2012.

PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf. Relatórios. Acesso em: Novembro de 2012.

TORRES, E. T.; PUGA, F. P. Investimento na Economia Brasileira: A caminho do Crescimento Sustentado. Disponível em: [HTTP://www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br). Publicações. Acesso em Dezembro de 2012.